



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

Requer informações adicionais ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, acerca da distribuição do “Kit Droga” no período do carnaval 2023.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, o presente Requerimento de Informação, cuja finalidade é obter esclarecimentos sobre medidas adotadas em relação à distribuição do chamado “Kit Droga”, durante o período de carnaval.

Conforme noticiado em diversos canais de comunicação, a Polícia Civil foi acionada e fechou, no dia 20 de fevereiro, um espaço de distribuição de kits que continha material para o uso de entorpecentes durante o carnaval.

Sob o pretexto de se reduzir danos no consumo de drogas ilícitas, o canal da “Escola Livre Redução de Danos”, uma ONG com espaço na Rua treze de maio, 99 – Carmo, Olinda-PE, divulgou a distribuição do chamado pela interlocutora de “Kit mais querido do Brasil” para, segundo ela, ficar “suave” no carnaval.

Com claro tom propagandístico e sem qualquer abordagem restritiva, o “kit drogas” é composto, além de outros, por cartões e





canudos, para o consumo “saudável” de drogas ilícitas, dito assim, sem contaminação por bactérias.

Diante de clara indução e auxílio ao uso de drogas ilícitas, requeiro esclarecimentos a partir dos seguintes questionamentos:

1. Quais as medidas adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, diante dos fatos narrados?
2. Esta organização denominada “Escola Livre de Redução de Danos” já recebeu ou recebe quaisquer incentivos, financeiros ou não, do poder público?
3. Qual a origem do recurso empregado no conteúdo do Kit, na sua distribuição e na locação dos espaços?
4. Quais as ações de fiscalização que visam coibir o incentivo ao consumo de drogas ilícitas?

JUSTIFICATIVA

Como dito alhures, a “Escola Livre Redução de Danos”, tem atuado sob a premissa de fortalecimento dos direitos humanos para pessoas que usam drogas. Neste carnaval de 2023, com a ação “Fique Suave no Carnaval”, houve a distribuição de um kit, com cartões e canudos que facilitam e estimulam o consumo de drogas. Além disso, ainda que abordem os efeitos secundários das drogas, o kit contém alguns cards que explicam como se consome, a dose, em quanto tempo faz efeito e sua duração, como se verifica no material disponível para *download*, no endereço:





<https://www.escolalivredereducaodedanos.org/blog/post/180992/fique-suave---material-para-download>

A Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), deste Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), lançou, recentemente, o Estudo sobre “Vítimas de Tráfico de Pessoas Exploradas para Transporte de Drogas”, sendo um trabalho em conjunto com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a Defensoria Pública da União (DPU).

Dentre os dados e de acordo com o último relatório do UNODC sobre a tendência do mercado de drogas, de 2021, a América Latina é responsável pela maior parte da cocaína apreendida no mundo, respondendo por 83% da quantidade interceptada em 2019. Nesse mesmo ano, segundo a Polícia Federal, no Brasil foram apreendidas 104,582 toneladas de cocaína.

Como relata o artigo divulgado pelo site do MJSP¹, o Brasil é reconhecido no estudo como um território de passagem de drogas e como um país corredor no comércio do tráfico internacional de substâncias ilícitas. Ainda de acordo com o relatório do UNODC, dentre os estrangeiros oriundos da América Latina, presos na Europa pelo porte de cocaína, entre os anos 2018 e 2020, os brasileiros figuraram na terceira posição em autuações e apreensão de drogas, precedidos pelos peruanos (2ª) e colombianos (1ª).

Em que pese a nefasta engrenagem de crimes que o consumo faz girar, organizações como a referida têm operado na contramão do combate e da repressão, induzindo, instigando e auxiliando o consumo.

Pessoas e organizações em posição de influência, como esta que

¹ <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-lanca-estudo-sobre-vitimas-de-traffic-de-pessoas-exploradas-para-transporte-de-drogas>





contêm milhares de seguidores em redes sociais, possuem elevado grau de responsabilidade, pois contribuem para a formação de opinião de muitos.

Ocorre que a “Escola Livre Redução de Danos” não pode se valer de uma iniciativa dita “lícita” para incentivar o consumo.

A ilicitude já se apresenta com o slogan da ação, denominado “Fique Suave”. Ora, o “slogan” é uma palavra ou frase curta e de fácil memorização, que apresenta uma solução proposta por determinada empresa ou organização. No entanto, a proposta de se armazenar a droga em material limpo, não torna o seu uso suave, apenas estimula o consumo. Além disso, o marketing veiculado apresenta esse “kit droga” como sendo o mais querido do Brasil.

Efetuando-se uma analogia acerca do consumo de drogas ilícitas ao tabaco, tem-se vasta regulamentação, fruto de muita análise a nível mundial, que determina a forma como este último produto deve ser vendido. Também, A Lei nº 12.546/2011 proíbe a propaganda comercial no país de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco. A exposição no ponto de venda é a única forma permitida de propaganda para este tipo de produto.

A Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 213/2018 regulamenta essa exposição à venda e a comercialização dos produtos fumígenos derivados do tabaco. A norma da Anvisa detalha como deve ocorrer a exposição dos produtos nos pontos de venda e traz as advertências sanitárias obrigatórias dos expositores e mostruários de produtos.

Diante destas determinações, evidente a conclusão que uma veiculação estimulante, acerca de qualquer conteúdo capaz de causar





dependência, tem alto potencial de incentivo ao consumo. Desta forma, resta demonstrada que a ação “Fique Suave” induziu o consumo de drogas.

Além disso, vimos recentemente a deliberação acerca do Relatório final de Análise de Impacto Regulatório (AIR), ocorrida durante a 10ª Reunião Extraordinária Pública de 2022. O relatório técnico aprovado indica a necessidade de se manter a proibição dos dispositivos eletrônicos para fumar, incluindo todos os tipos cigarros eletrônicos, além de outras medidas como o aumento das ações de fiscalização e a realização de campanhas educativas.

Reitera-se que o uso do pretexto da redução de danos não pode subsidiar uma ação indiscriminada, como a de tornar o consumo suave pelo armazenamento de drogas ilícitas em materiais descartáveis. Uma vez proibida qualquer referência ao consumo de uma droga lícita, entendendo-se por prejudicial qualquer publicidade, não há que se considerar válida uma ação que veicula e entrega aos dependentes ou não, material para armazenamento de droga ilícita. Nada mais é do que uma forma velada de difundir e estimular seu consumo. Ademais, destaca-se que não houve ênfase das consequências do consumo das drogas na fala da interlocutora da ação.

Vale ressaltar que a lei penaliza quem adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal. Ainda que no arcabouço legal não haja dispositivo que exija a comunicação de crime por aquele que teve conhecimento do fato, considera-se a ausência dessa comunicação, no mínimo, imoral, quando representantes de uma ONG que não coaduna com a prática de determinado crime, mantém constante





contato com criminosos, sem o encaminhamento necessário.

De acordo com a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS), Atenção Primária à Saúde (APS) é a porta de entrada para o cuidado e desempenha papel fundamental na abordagem dos transtornos por uso de substâncias (TUS). Este é o nível de atenção que conhece a população, o território e os determinantes sociais que interferem nas mudanças comportamentais, dispondo, assim, de melhores condições para apoiar o cuidado na cessação do uso da substância².

Nota-se que a “Escola Livre Redução de Danos” não faz menção à importância da cessação do uso dessas substâncias e em sua propagandística ação cometeu crime contra a paz pública, tipo constante no artigo 286 do Código Penal, incitando o consumo de drogas ilícitas.

Diante do exposto, se faz necessária a prestação das informações requeridas, a fim de que as medidas necessárias sejam tomadas e haja a cessação de violações de direitos.

Atenciosamente,

Deputada Clarissa Tércio

2

<https://aps.saude.gov.br/noticia/15936#:~:text=As%20estrat%C3%A9gias%20envolvem%2C%20principalmente%2C%20a%C3%A7%C3%B5es,%C3%A0%20sa%C3%BAde%20e%20reinserir%C3%A7%C3%A3o%20social.>

